



## DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

### NORMAS PARA CONSTRUÇÕES DE ACESSOS ÀS RODOVIAS ESTADUAIS

- 1- As presentes instruções aplicam-se aos acessos de quaisquer propriedades às Rodovias Estaduais.
  - 1.1 O acesso depende de autorização do **DER-ES**.
  - 1.2 A autorização será dada sempre a Título Precário, podendo em qualquer época ser cassada pelo DER-ES, sem que caiba indenização alguma ao permissionário.
  - 1.3 O interessado deverá apresentar, ao DER-ES, requerimento solicitando autorização para implantação do acesso, a Título Precário, de conformidade com as Normas e instruções em vigor, acompanhado da planta especificada no item 2.01.
  - 1.4 O DER-ES examinará o pedido com base nas Normas em vigor para verificar a **viabilidade geométrica do acesso**, informando o resultado ao requerente.
  - 1.5 O Requerente, no caso de haver a viabilidade citada, elaborará o projeto completo do acesso com todas as suas instalações, e o apresentará ao DER-ES que o anexará ao processo.
  - 1.6 O DER-ES examinará o projeto, verificando se o acesso pretendido localiza-se realmente onde a viabilidade foi aprovada, se o cadastro está correto e se o projeto obedece as Normas e Instruções em vigor.
  - 1.7 Caso o projeto obedeça às condições acima especificadas, será emitido parecer conclusivo pela Superintendência Regional e o encaminhará à Diretoria de Infra-Estrutura, devendo o mesmo ser em quatro vias.
  - 1.8 O requerente recolherá então, DUA, no site [www.sefaz.es.gov.br](http://www.sefaz.es.gov.br), a importância correspondentes à vistoria inicial e a análise de projeto, conforme tabela de preços serviços de terceiros em vigor.
  - 1.9 A Diretoria de Planejamento poderá então aprovar o projeto, encaminhando três vias para a Procuradoria Jurídica para a lavratura do termo de compromisso, sendo enviadas a DGAA para colher as assinaturas.

1.10 As diversas vias do projeto aprovado e do termo de compromisso serão distribuídas na forma seguinte, uma via para:

- Grupo de Faixa de Domínio
- Acompanha o Processo
- Para o Permissionário
- Gerência Regional

1.11 Executada a obra, de acordo com o projeto, deverá apresentar o pagamento DUA. Será fornecida ao proprietário permissão escrita para utilização do acesso, e será procedido o registro na Diretoria de Planejamento e esta remeterá à Diretoria Geral a comunicação de conclusão do acesso.

1.12 O permissionário então pedirá a devolução da caução mediante requerimento acompanhado de uma via da permissão de utilização do acesso.

2- Condições exigidas para autorização de acessos a Rodovia Estadual.

2.1 A planta citada no item 1.03 deve conter o cadastro do trecho da rodovia, com 700 metros de extensão, aí figurando o terreno onde será projetado o acesso, em posição equidistante dos extremos. Nele deverão estar representados os seguintes elementos:

- a) Eixo da Rodovia com o respectivo estaqueamento ou quilometragem;
- b) Os limites da Faixa de Domínio;
- c) A plataforma;
- d) A pista de rolamento;
- e) Os acostamentos;
- f) As obras de arte correntes e especiais;
- g) Os acessos existentes ou projetados;
- h) As benfeitorias localizadas dentro da faixa de domínio. No caso de inexistir o projeto da rodovia com os dados supra citados, a planta em questão poderá ser substituída por um croqui que contenha todos os elementos acima relacionados com as distâncias e dimensões devidamente cotadas.
- i) Além do cadastro deve ser apresentado o perfil do trecho referido.

2.2 O projeto do acesso a ser anexado ao processo, conforme item 1.05, será constituído de:

- a) Planta com representação do relevo na escala 1:500;
- b) Projeto arquitetônico das instalações pretendidas, conforme exigências da municipalidade local, contendo no mínimo a fachada frontal a rodovia;
- c) Projeto geométrico plani-altimétrico do acesso na escala 1:500;
- d) Projeto de drenagem superficial e profunda com todos os detalhes necessários à verificação pela fiscalização e a execução das obras.
- e) No projeto deve figurar a localização dos dispositivos de drenagem superficial e profunda, edificações, áreas de estacionamento, pátios de manobras, pistas, e todas as instalações que serão edificadas.
- f) Deverão ser apresentados também detalhes dos canteiros, ilhas, gotas, meios-fios e outros.

2.3 O projeto adotado pelo requerente deve ser um dos projetos-tipo elaborados pelo **DER-ES, ou que obedeça aos princípios de engenharia rodoviária.**

2.4 Somente será permitida a construção de acessos em locais que apresentem distâncias de visibilidade de acordo com a seguinte tabela:

V (Km/h)	60	70	80	90	100	110	120
L (m)	150	175	200	225	250	275	300

V = Velocidade diretriz

L = Distância de visibilidade

2.5 A distância L do item anterior deve ser sempre inferior a:

- a) A distância de cada ponto de cruzamento ou de incorporação do acesso ao mais próximo ponto de cruzamento ou de incorporação de outro acesso.
- b) A distância de cada um dos pontos de cruzamento do acesso ao mais próximo ponto de uma ponte, viaduto ou túnel da rodovia.
- c) A distância entre os pontos mais próximos de dois acessos sucessivos situados de um mesmo lado de uma rodovia não pode ser menos que 40 metros.
- d) Os desenhos da folha A anexos apresentam a maneira correta de medir essas distâncias.

2.6 Quando uma propriedade já for servida por algum acesso existente, não será permitida a construção de outro acesso.

2.7 Independente das condições anteriores o acesso poderá ser negado se atentar, por quaisquer motivos, contra a segurança do tráfego.

2.8 O permissionário construirá a sua custa, as obras autorizadas pelo DER-ES.

2.9 Os materiais empregados deverão ser de qualidade satisfatória e estarão sujeitos à inspeção e à aprovação do DER-ES.

2.10 O DER-ES inspecionará o acesso sempre que julgar conveniente e exigirá as modificações que a seu juízo nele se fizerem necessárias ou recomendáveis.

2.11 A recusa em cumprir as exigências do item anterior, ou o seu atendimento insatisfatório, poderá importar na cassação da autorização do acesso, com a sua interdição.

2.12 O permissionário executará a obra rigorosamente de acordo com o projeto aprovado pelo DER-ES.

2.13 O permissionário obriga-se a sinalizar o acesso de acordo com o projeto fornecido pelo DER-ES e a preservar a referida sinalização.

2.14 O permissionário não colocará sinais, nem anúncios fixos ou móveis, sobre a faixa de domínio, nem que se estendam sobre qualquer parte dela.

- 2.15 Em se tratando de acessos a postos de abastecimento, restaurantes, supermercados ou quaisquer outros estabelecimentos comerciais de uso geral, deverá sempre ter área de estacionamento compatível com a capacidade do estabelecimento e com o trânsito na rodovia, segundo o critério do DER-ES, constante do item 2.24.
- 2.16 Na execução dos ramos de acesso e canteiros separadores deverá ser feita drenagem adequada ao conjunto formado pela propriedade particular e a rodovia, inclusive substituindo as valetas laterais por estrutura de drenagem apropriada, a critério do DER-ES.
- 2.17 O permissionário obriga-se a construir, a sua custa, em sua propriedade, fora da faixa de domínio, nos locais indicados pelo DER-ES mata-burros ou porteiros com fechos, conforme projetos aprovados pelo DER-ES.
- 2.18 As pistas, áreas de estacionamento e demais estruturas destinadas aos veículos deverão ser pavimentadas segundo tipo e pavimento aprovado pelo DER-ES. Nas estradas não pavimentadas o leito deverá receber pelo menos um revestimento estabilizado.
- 2.19 Em se tratando de loteamento à margem da rodovia, será exigido construção de rua lateral, dotado de meio-fio e leito ou pelo menos estabilizado, separado fisicamente da rodovia de acordo com o projeto adotado pelo DER-ES.
- 2.20 O permissionário terá o prazo máximo de um ano, contado da data de autorização para início das obras, para concluir o acesso, sob pena de caducidade da autorização. O prazo poderá ser prorrogado pelo DER-ES por motivo devidamente justificado.
- 2.21 Tratando-se de acesso a posto de abastecimento de veículos automotores o terreno deverá ter uma área mínima de 3.000 m<sup>2</sup>, e no mínimo 60 metros de frente. Quaisquer instalações inclusive bombas, deverão ficar situados a uma distância mínima de 15 metros da Faixa de Domínio.
- 2.22 As áreas de estacionamento obedecerão aos seguintes critérios:

a ) Para Restaurantes :

$$S = 0,02.A (P+3.C+5.J)$$

S – área do estacionamento em m<sup>2</sup>

A – área total do restaurante, em m<sup>2</sup>

P - % de carros de passeio na rodovia

C - % de caminhões na rodovia

J - % de caminhões com reboque ou semi-reboque na rodovia.

b ) Para Hotéis :

$$S = 0,002.A (P+3.C+5.J)$$

A – área total do hotel, em m<sup>2</sup>.

c ) Para Lojas:

$$S = 6.n$$

n – número de pessoas por hora que freqüentam o estabelecimento.

d ) Para Casa de Espetáculo:

$$S = 5.n$$

n = número de lugares na platéia

As fórmulas supra foram obtidas com base nos seguintes dados:

- 1m<sup>2</sup> por pessoa em restaurantes;
- 4 pessoas por automóvel e por mesa;
- 2 pessoas por caminhão;
- 40% da área construída correspondendo ao salão de refeições do restaurante;
- 25m<sup>2</sup> de área construída de hotel por hóspede;
- 20m<sup>2</sup> de área de estacionamento por automóvel;
- 60m<sup>2</sup> de área de estacionamento por caminhão;
- 100m<sup>2</sup> de área de estacionamento por jamanta.
- Em lojas foi admitido 98% dos fregueses utilizando automóveis, e em casas de espetáculo foi admitida à utilização apenas de automóveis, correspondendo um carro a 4 lugares na platéia.